

## **Trombas e formoso: a memória de um evento político em demanda no espaço público**

**Cintya Maria Costa Rodrigues\***  
**Maiara Dourado\*\***

### **Resumo**

O evento de Trombas e Formoso se caracteriza em uma experiência de luta que se configura pela resistência armada de camponeses do norte do Estado de Goiás, no Brasil, em meados da década de 1950, que rebelaram-se contra o processo de expropriação de terra liderada por um grupo de grileiros fortalecidos pelo legitimado suporte do governo do Estado. O evento reconhecido como *Revolta de Trombas e Formoso* se apresenta como um dos mais importantes conflitos camponeses do país, sobretudo, por seu protagonismo e organização política e social, tendo em vista a conquista do título das terras mediante o embate com grileiros e o próprio Estado.

Em decorrência do golpe militar brasileiro, em 1964, o movimento foi desmantelado, vários líderes e participantes da luta perseguidos e mortos e suas terras abandonadas mediante o processo de repressão e abafamento de um regime autoritário e ditatorial. Desse modo, pretende-se apresentar, neste trabalho, os reflexos e consequências de um processo de repressão social como o desencadeado na região de Trombas e Formoso, principalmente sobre o aspecto de construção subjetiva e identitária dos camponeses participantes do evento, ainda vivos, e de seu filhos e filhas, herdeiros dessa história em um contexto político e social atual, o qual demanda por novas representações de memória em um espaço público que se configura em um dito regime democrático.

Esse trabalho se fundamenta nas narrativas das pessoas que receberam as influências dos participantes do evento e convivem com a memória da perseguição, do conflito e da pressão institucional e social. Tais influências podem ser verificadas pelas difíceis manifestações pessoais para falar do evento, o que conduz a hipotetizar uma memória reprimida.

---

\* Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, mestre em Antropologia pela mesma instituição e professora adjunta da Universidade Federal de Goiás. Ver em <http://lattes.cnpq.br/7799582095022434>

\*\* Mestranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de Goiás, graduada em Comunicação Social habilitação em Jornalismo. Ver em <http://lattes.cnpq.br/0076989684851043>.

## **Trombas e formoso: a memória de um evento político em demanda no espaço público**

### **Introdução**

A memória, tal como define Portelli (2002) é relacional, não é fixa no passado vivido, “não é um núcleo compacto e impenetrável para o pensamento e a linguagem, mas um processo moldado ‘elaborado’ no tempo histórico” (PORTELLI, 2002:109). Para Halbwachs (2006), a memória é sempre construída em grupo, mas também se elabora subjetivamente, em um trabalho do sujeito. A memória é reconhecimento e reconstrução que atualiza os quadros sociais, nos quais as lembranças podem permanecer e se articular entre si. (HALBWACHS, 2006). Há memória social porque há significado para o grupo que recorda (Frentess e Wickham,1992). No entanto, a maneira como esse significado se articula não é simples, isso porque o contexto narrativo orienta para estruturação e fixação das formas de memória, para a maneira como essa memória se estabelece no momento histórico, ou seja, para a forma como as pessoas se lembram de determinado evento.

Para Frentess e Wickham (1992) as recordações devem ser analisadas como narrativas mas também como “indicadoras, concordantes ou contraditórias, da identidade social” (FRENTESS&WICKHAM, 1992:112). Nesse sentido, investigar os processos de construção e condução da memória de um evento político pode nos levar a compreender políticas que implicaram, influenciaram e formataram a narrativa da história dos camponeses de Trombas e Formoso e, além disso, compreender o nível de identificação entre gerações herdeiras dessa memória.

Os autores ainda consideram as mudanças culturais e históricas da memória, entendendo-as como parte do processo de construção social identitária do grupo.

“As recordações do passado também podem mudar com o tempo mas, mesmo quando não mudam, certamente serão selecionadas, a partir de um conjunto potencialmente infinito de memórias possíveis, pela relevância para indivíduos que recordam, pelo seu contributo para a construção da identidade e das relações pessoais” (FRENTESS&WICKHAM,1992:112).

Nessa perspectiva, a identidade se constrói por meio de memórias partilhadas, ou melhor, no processo da partilha, quando as narrativas sejam elas faladas ou escritas sobre o passado, ganham sentido dentro de uma conjuntura social dada pelo grupo no seio do qual são contadas. No entanto, nem sempre essas mudanças comportam os diferentes níveis de significado que essas memórias podem assumir para pessoas de diferentes gerações.

Sob esse aspecto, então, surgem uma série de questionamentos que nos ajudam a refletir a construção da memória narrativa da Luta de Trombas e Formoso. Seriam eles: Qual seria o nível de compartilhamento de memórias entre gerações de participantes da Luta e seus filhos e filhas que, de alguma forma experienciaram a Luta de Trombas e Formoso? Como essa memória foi conduzida e interpretada ao longo dos anos? Elas possuem o mesmo sentido para geração de filhos e filhas dos participantes da Luta? Essas são perguntas importantes ao projetarmos essa memória para um contexto atual, no qual, se permite e exige uma nova leitura e interpretação dessas relações com o passado, sobretudo quando se tem um passado impregnado de rastros deixados por um regime ditatorial.

Compreender o processo de transmissão de memórias dessa Luta se torna importante ao identificar entraves e interrupções ocorridas na construção de sua narrativa mediante a instauração da ditadura militar brasileira em 1964. O movimento de luta popular desenvolvido em Trombas e Formoso foi sumariamente desmantelado, perseguido e abafado pelo regime militar, ao ser considerado pelo Estado ditatorial, uma organização de atividades comunistas e subversivas, como descreveu o jornal O Estado de São Paulo (09/02/1964) no artigo *A subversão e a convivência oficial*, no qual analisa e descreve “o movimento subversivo que já se acha em execução em três pontos de Goiás”, citando Trombas como um desses pontos, relatando a localização de armas de alta periculosidade e de origem soviética, referenciando à ligações comunistas.

Porém, é preciso lembrar que o material jornalístico acima citado se apresentava em um contexto que antecedia em alguns meses o Golpe Militar brasileiro, que viria a ocorrer em 1 de Abril de 1964. Nesse momento, a imprensa já dava indícios de seu desconforto e certo alinhamento a um possível golpe militar contra o dito governo comunista de João Goulart. No mesmo artigo, o jornal afirma que “as autoridades do País tem perfeito conhecimento de todos os fatos que vimos relatando e só não interferem no sentido de pôr côbro à criminoso tentativa comunista de afogar a Nação num mar de sangue, porque elas próprias são cúmplices e coniventes nas manobras.”

Assim, sob o carimbo “subversivo”, a história de luta, vitória e conquista de pequenos camponeses viabilizada por uma resistência armada e munida de um esquema organizacional bem estruturado foi duramente abafada durante os anos de ditadura, período em que as lembranças e memórias se restringiam ao círculo familiar, movimentando-se somente dentro de um âmbito interno, entre familiares de militantes da Luta e, ainda assim, de forma bastante reservada e cautelosa. O abafamento e silenciamento dessa história deixaram marcas de um passado sobre um contexto atual, resquícios de um período do qual os escombros de uma memória parece nos levar a compreendê-la como memória reprimida.

Nesse sentido, Pollak (1989) nos remete à ideia de resistência e sobrevivência de memórias subterrâneas, nas quais o longo silêncio sobre o passado não significa a condução a um esquecimento total. Esse silêncio pode ser interpretado como a resistência de um grupo que se opõe ao excesso de discursos oficiais. “Ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas.” (Pollak, 1989: 3). Porém, pode ser compreendido também como uma forma de limpeza memorialística, de modo a retirar qualquer *impureza* que possa vir a contaminar a formatação de uma memória hegemônica nacional.

Essa “hora da verdade”, como bem colocou Pollak (1989), só veio a ocorrer quase 30 anos depois do Golpe Militar, com o início do processo de abertura política, a Lei de Anistia e o período de redemocratização no Brasil, entre os anos de 1970 e final dos anos de 1980. Nesse tempo, as demandas públicas pela memória de vítimas e sujeitos da ditadura militar se tornam enfáticas, por meio de instituições e organizações que reivindicam uma reparação pública por parte da sociedade e do Estado para com desaparecidos, mortos e perseguidos políticos e seus familiares durante a o regime militar.

O processo de transição política no Brasil de um período de ditadura militar para um período de abertura é bem recente, mas já se pode dizer sobre a existência de uma tradição política de anistia, sendo esta promulgada no país sob forte ligação à

conjuntura de transição e segundo Lemos (2002), relacionada a uma tradição conciliatória (Lemos, 2002). Isso por que:

Ao longo da nossa história, tanto foram anistiadas pessoas acusadas de atentar contra a legalidade ilegitimamente estabelecida — as que se insurgiram contra as ditaduras do Estado Novo e do regime militar recente, por exemplo —, como as que tentaram subverter a legalidade legitimamente estabelecida, de acordo com os parâmetros democráticos dominantes — os golpistas de 1956 e 1959, por exemplo (Lemos, 2002: 289)

Sobre o processo de abertura política no Brasil é preciso destacar a confrontação entre os diversos projetos políticos voltados para a conjuntura de transição vivida pelo país, inclusive a negociação da anistia de 1979. Para Lemos (2002) a anistia de 1979 resultou de uma grande transação entre setores moderados do regime militar e da oposição, por iniciativa e sob o controle dos primeiros.

Dentro desse processo de abertura política, havia uma “agenda de microtransformações” (Lemos, 2002: 293), a qual começou a ser implementada em 1973 por lideranças militares e civis do governo que visavam a ampliação do leque de opções partidárias, abrandamento da legislação repressiva, entre outras demandas. “Tratava-se de preparar a transição do regime, não necessariamente para outro qualitativamente diferente, mas para outra forma, que incorporasse novas forças políticas, sem descartar a tutela militar.” (Lemos, 2002: 293).

O sentido do processo de transição política brasileira estava em preservar as condições de dominação política de uma classe social desprovida de uma vocação transformadora. Era a burguesia brasileira quem ditou os limites das reformas políticas no país. Assim, em 15 de março de 1974, o general Ernesto Geisel anunciou um programa de “abertura lenta, gradual e segura”.

Os anos que se seguiram foram marcados pela vitória da oposição democrática nas eleições legislativas de 1974 e pelo crescimento das manifestações de setores da sociedade em favor da redemocratização do país, como o surgimento do Movimento Feminino pela Anistia, em 1975, e do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), em 1978.

Ao final do governo de Geisel, o cenário político caracterizava-se pelo abrandamento das formas de dominação política, destacando a revogação dos atos institucionais<sup>†</sup> e reforma da Lei de Segurança Nacional. A oposição reivindicava por “anistia ampla, geral e irrestrita” (bandeira do CBA), somada à investigação dos crimes praticados por funcionários do Estado contra opositores políticos e punição dos culpados.

---

<sup>†</sup> Os atos institucionais, mais conhecidos como AI's, eram implantados sem consulta popular ou legislative. Eram mecanismos utilizados pelo poder Executivo para aumentar seu poder de centralização, ampliando a censura e fortalecendo a autoridade militar. Os poderes Judiciário e Legislativo eram anulados em prol de um centralização de poder do Executivo. O primeiro ato institucional foi criado no governo Castelo Branco e autorizava a cassação dos mandatos legislativos, a suspensão dos direitos políticos por 10 anos pelos dissidentes e ainda a alteração da Constituição de 1946. Outro importante ato institucional, talvez o mais conhecido, foi o AI5. Decretado em 1968 pelo governo Arthur Costa e Silva, o AI5 retirava direitos de presos políticos, como o Habeas Corpus e exigia controle efetivo sobre os órgãos de imprensa e entretenimento. Sendo o último dos atos institucionais, o AI5, fez com que a repressão se tornasse ainda mais contundente e agressiva àqueles que se opunham ao Regime Militar. Fonte: <http://www.historiabrasileira.com/ditadura-militar/atos-institucionais/>

No entanto, Lemos (2002) afirma que a Lei da Anistia, aprovada em 28 de Agosto de 1979, teve alcance restrito, já que excluía de seus benefícios os condenados pela “prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal”, mas ao mesmo tempo, incluía os acusados de “crimes conexos”, ou seja, de tortura, assassinato, entre outros, o que dava à lei um caráter de “reciprocidade”.

Para Lemos (2002), esse “espírito de reconciliação” contribuiu para a promulgação de uma lei de caráter recíproco e para que fossem anistiados todos os que sustentaram a violenta ditadura militar. “Muitos deles são, hoje, pilares da democracia brasileira, atuando em posições públicas destacadas, o que mereceu de um jornalista um comentário amargo: “No Brasil, eu precisaria de umas 50 colunas iguais a esta para listar todos os que estavam com o governo, no regime militar, e continuam com o governo, na democracia”. (Lemos, 2002: 296).

Nesse sentido, é possível dizer que essa tradição reconciliatória com o passado viria a influenciar sobre a condução da memória da ditadura militar brasileira, de certa forma, sob a tutela de uma memória feliz o que poderia transformá-la em uma memória apaziguada (Ricoeur, 2007: 503) mas nem sempre “justa”, no sentido de que nem sempre a busca pelo passado vislumbra uma reconstrução do presente (Ricoeur, 2007). Ricoeur (2007) trabalha com a ideia de uma reconciliação verdadeira, na qual a anistia nem sempre reconcilia ou resolve a questão da memória, considerando, assim, a anistia uma forma de institucionalização do esquecimento” (Ricoeur, 2007:488). Fenômeno que inviabiliza o que ele chama de uma “justa reconciliação com o passado”, levando-se em conta a complexidade política e social que está imbricada a esse passado e, conseqüentemente, a essa memória.

Desse modo, pode-se considerar que a memória de um evento político como a Luta dos camponeses de Trombas e Formoso em meio a um processo de transição democrática sob moldes reconciliatórios seria conduzida a novos sentidos em meio a um espaço público que demandava e ainda demanda por essa história. É preciso conhecê-los mais profundamente, mas, contemporaneamente, podemos elencar outras e novas instituições que reivindicam pela participação e re colocação desses sujeitos invisibilizados na história, além da instauração de políticas de reparação da memória e narrativas construídas durante a ditadura militar brasileira.

### **Trombas e Formoso, um pouco da história**

Antes de adentrarmos as memórias e narrativas das pessoas que participaram de alguma forma da Luta de Trombas e Formoso e a fim de compreendermos certas representações dessa memória em uma nova conjuntura política social de abertura política e espaço público dito democrático, descrevo, de forma bastante sintética, o surgimento e o desenrolar da Luta até 1964, quando o movimento é desmantelado pelas forças militares.

O movimento de Trombas e Formoso teve como cenário a região de Goiás denominada Médio-Norte<sup>‡</sup>. Na época, esse espaço era pouco habitado, até a construção da rodovia Transbrasiliana, em 1948, período em que as terras sofreram intensa valorização, passando a ser alvo dos latifundiários locais. Em muitos relatos, a região era descrita como terra sem dono, “podia chegar aí e tirar um lugar, uma

---

<sup>‡</sup>Região composta por 26 municípios como Porangatu, Niquelândia, Minaçu, Uruaçu, Mara Rosa, entre outros.

possezinha e morar onde quisesse<sup>§</sup>”, dizia Dona Joaninha, uma das primeiras moradoras da região e participante do evento camponês. Eram terras devolutas.

A ocupação da região de Trombas e Formoso já havia sido iniciada antes do término da rodovia de Bernardo Sayão. Atendendo às expectativas criadas pela Marcha para Oeste, uma imensa faixa de terras devolutas, superior a 14 mil alqueires, conduziu enorme fluxo migratório, que, segundo Maria Esperança Fernandes Carneiro (1988), chegou a atingir a média de seis famílias por dia.

Assim como em Trombas e Formoso, a ocupação das terras do Médio-Norte goiano no final da década de 1940 e início da década 1950 não foi somente mais um simples avanço da fronteira agrícola de Goiás. Para Maia (2009), representou a possibilidade de acesso à terra pelo pequeno produtor, o que marcaria incisivamente a região com um conflito agrário e confrontos políticos e sociais.

O conflito teve início quando um grupo de fazendeiros liderado por João Soares passou a exigir dos posseiros, que ali já estavam instalados, o pagamento do arrendo da terra por escrito - um documento atestando a desistência da terra e firmando o pagamento do arrendo. Os posseiros se recusaram a assinar qualquer contrato, apesar de pagarem a taxa cobrada, cerca de 30% da produção de arroz.

A recusa desencadeou sucessivas ações de coerção desempenhadas pelos fazendeiros que se diziam donos das terras, resultando na reação dos posseiros e, conseqüentemente, no conflito armado. A organização ganhou força, recebeu apoio de estudantes, parlamentares estaduais e federais, intelectuais, militantes políticos, principalmente do PCB, que chegaram a enviar membros do partido para auxiliar na luta armada. Com a chegada de militantes do PCB, as bases e alianças que caracterizaram o conflito de Trombas e Formoso foram formadas. Os posseiros e o Partido Comunista de um lado, e os grileiros e o Estado de outro.

Ainda durante as ações da luta armada, em 1955, foram criadas a Associação de Lavradores e instâncias menores, nucleares e pulverizadas por toda a região conhecidos como Conselhos de Córrego. A Associação assumiu caráter gerenciador mediante aos Conselhos, e organizava a vida política e social da região. Por meio das práticas dos mutirões realizada pelas famílias de posseiros desde a chegada na região, criaram uma rede de auxílio mútuo tanto para o plantio, colheita e venda dos gêneros nos mercados locais, quanto para a construção coletiva da resistência contra as ameaças de expulsão e roubo das colheitas. “As práticas de mutirão deram origem a uma nova forma de organização muito eficiente no dia-a-dia dos posseiros, seja para resolver questões relativas ao plantio, seja para mobilizar o maior número possível de famílias para a resistência: os “Conselhos de Córrego”. (ESTEVEES, 2007: 68)

Sr.Arão, também participante do conflito armado, resgata ainda parte dessa organização camponesa em depoimento cedido ao documentário Trombas e Formoso: Memórias de uma Luta (2010). “Em Trombas tinha o Conselho Geral, agora cada córrego tinha um Conselho de Córrego. Então qualquer coisa que precisasse reunia todos os conselhos. Às vezes o Conselho Geral convocava todos os outros conselhos de córrego pra tomar uma medida conforme fosse, pra pôr o piquete conforme o lugar, dar tarefa pra dividir.” (Depoimento de Arão de Souza Gil para documentário Trombas e Formoso: Memórias de uma Luta, 2010)

A intervenção do governo de Goiás na gestão de José Ludovico (1955-1959) foi bastante truculenta, com o envio de tropas e violenta repressão, com o irônico

---

<sup>§</sup> Depoimento cedido para documentário Trombas e Formoso: Memórias de uma Luta (2010), Direção: Coletivo Magnífica Mundi. Vide em <http://vimeo.com/21406095>.

nome de “processo de pacificação”. A resolução veio em 1960 com a pressão da opinião pública e a promessa de legalização das terras. Sem saída, o governador Mauro Borges fechou a negociação, realizou a demarcação das terras e a entrega dos títulos.

Iniciou-se, então, um intenso processo de desenvolvimento na região. “Foi começando a criar um armazém, alguém pondo um armazém, pondo uma venda, a entrar uns faisqueiros pra ficar no lugar pra comprar uns mantimento. Desse jeito foi desenvolvendo e a pecuária também foi começando. O pessoal cada um comprando um gadinho pra começar a criar, foi desse tempo” (depoimento Arão de Souza Gil no documentário Trombas e Formoso: Memórias de uma Luta, 2010).

Ainda depois da titulação das terras, José Porfírio, considerado líder do movimento camponês de Trombas e Formoso, se candidatou à deputado estadual de Goiás pelo PTB. A vitória veio em 1962, com 4.663 votos, de acordo com levantamento do jornal O Movimento. Foi a primeira vez, na história do Brasil, que um camponês se elegeu deputado. Porfírio foi ainda presidente de dois congressos de camponeses, em 1962, no estado de Goiás e, em 1963, em Belo Horizonte. Ele representava as aspirações do campesinato de Goiás, tomando como bandeira a “Reforma Agrária Radical”, na lei ou na marra.

Porém, logo em seguida ocorreu o Golpe Militar e intensa perseguição foi empreendida pelo novo governo. Muitos foram presos, outros fugiram e outros ainda “desapareceram”. Paulo Cunha (1997), um dos principais pesquisadores de Trombas e Formoso acredita que com o golpe iniciou-se “uma nova fase da República Socialista de Trombas<sup>\*\*</sup> a ser escrita, uma história que ainda hoje está na memória do povo” (CUNHA, 1997, p.102).

### **Golpe Militar, o entrave de uma memória**

Apresento aqui, de forma resumida, prévias reflexões realizadas durante período de trabalho de campo nas cidades de Trombas e Formoso, entre fevereiro e março de 2013. Muito mais do que uma memória dividida e fragmentada (PORTELLI, 2002), a memória do evento de Trombas e Formoso foi interrompida pelo processo de ditadura militar, já que durante esse período essas memórias e lembranças foram sussurradas ou simplesmente abafadas pelo medo e repressão desenvolvidos pelo regime militar. Nesse sentido, é possível afirmar a ocorrência de um choque cultural, estrutural e simbólico de uma geração que participou do processo de luta com uma geração subsequente, que se divide ainda entre os que herdaram essa história de forma indireta, como filhos e filhas, netos e netas e familiares em geral, além dos que chegaram na região no início dos anos de 1960, posterior à luta e que pouco se relacionaram com o passado do local. Há um vácuo de memória que provocou, de certa forma, resquícios e processos que caracterizam as consequências de uma memória reprimida e silenciada durante os anos de chumbo da ditadura militar.

Minhas incursões em campo foram marcadas pelo interesse em mapear os narradores dessa história. Em decorrência da realização do filme-documentário

---

<sup>\*\*</sup> O forte caráter organizacional existente na primeira fase da Revolta, entre 1955 e 1957, caracterizado pela Associação dos Lavradores e os Conselhos de Córregos na primeira fase (1955 à 1957), revelou-se extremamente sólido na unificação da luta. Para Cunha, nesta fase se desenrolou um rico processo autônomo de governo e o ápice da participação democrática, dando origem à mítica história da existência da “República ou território livre de Formoso e Trombas”. Essa foi a primeira fase da República.

*Trombas e Formoso: Memórias de uma Luta*, do qual participei e que conta, por meio de depoimentos dos camponeses, a história da Luta de Trombas e Formoso, foi possível chegar a esses narradores oriundos de relações anteriores e ainda outros indicados por esses já em contato. É importante ressaltar que o número de interlocutores que viveram entre as décadas de 1950 e 1960 na região era bastante reduzido. A maioria se encontrava em idade avançada, muitos faleceram, e ainda haviam os que, com a eclosão do Golpe Militar em 1964, fugiram da região, muitos sem nunca mais voltar. Na busca por aqueles que viveram o período da Luta e que ainda eram residentes na região de Trombas e Formoso foi possível identificar um maciço processo de fuga e abandono das terras por conta da perseguição empreendida pelo Estado durante o governo militar. Segundo relatos as prisões, torturas e perseguições só cessaram depois da prisão de José Porfírio, principal líder do movimento e nesse período deputado estadual, e com a apreensão das armas usadas durante o processo de resistência na região.

Já no intuito de compreender essa construção subjetiva e identitária não só dos camponeses participantes do evento, mas também, de seu filhos e filhas, herdeiros dessa história, foi imprescindível abordar a trajetória intergeracional da memória da Luta. Tal interesse me levaram a buscar por essa geração de filhos e filhas desses camponeses. No entanto, me defrontei com uma geração resistente a falar sobre a história de seus pais. Alegavam não saberem muita coisa, ou quase nada, ou ainda de que na época eram muito pequenos ou não eram ainda nascidos, mesmo explicando que o sentido da conversa não era medir ou avaliar o nível de conhecimento sobre a Luta, mas entender como se deu o processo de transmissão dessas memórias.

Essa resistência e recusa em ceder entrevista foi reforçada por certa repreensão dos próprios camponeses sob a mesma afirmação de que essa geração posterior à Luta nada sabia dizer sobre ela. Muitos dos participantes do movimento diziam não passar a seus filhos e familiares as histórias de luta e mobilização empreendidas no processo de resistência de Trombas e Formoso, resquício de um tempo no qual as conversas eram sussurradas e invadidas pelo temor das perseguições. Sobre essa perspectiva, Pollak (1989) parece pertinente, quando traz a ideia do silêncio em meio a lembranças traumatizantes. “O silêncio parece se impor a todos aqueles que querem evitar culpar as vítimas. E algumas vítimas, que compartilham essa mesma lembrança “comprometedora”, preferem, elas também, guardar silêncio. Em lugar de se arriscar a um mal-entendido sobre uma questão tão grave, ou até mesmo de reforçar a consciência tranquila e a propensão ao esquecimento dos antigos carrascos, não seria melhor se abster de falar?” (POLLAK, 1989: 4)

Não só por razões políticas, Pollak (1989) acrescenta às motivações do silêncio, questões pessoais, que visam poupar os filhos de crescerem na lembrança das feridas dos pais. No entanto, “quarenta anos depois convergem razões políticas e familiares que concorrem para romper esse silêncio: no momento em que as testemunhas oculares sabem que vão desaparecer em breve, elas querem inscrever suas lembranças contra o esquecimento.” (Pollak, 1989: 4). Desse modo, eclodem as lembranças, das quais na época muitos não compreendiam mas que com o tempo vieram a compreender.

Foi o tempo e seu desenrolar que permitiu aos que ainda não eram nascidos, conhecer parte dessa história, mesmo que sob forma vaga e superficial, sem compreender as dimensões do evento. Esse conhecimento nem sempre se dava dentro do âmbito familiar, já que com a anistia e o processo de abertura política, a história da luta dos camponeses passou a ser demandada pela mídia, de forma esparssa, ou ainda por instituições ou ONGs de ordem política, como a Associação de Anistiados de



Goiás (Anigo), organizações como Tortura Nunca Mais e de forma mais atual a Comissão da Verdade<sup>††</sup>. Essa demanda pela história exigiu dos camponeses uma retomada de suas lembranças e um processo de rememoração que fizeram com que seus filhos de uma forma ou de outra se relacionassem com o que aconteceu, mesmo que de forma superficial.

Uma vez que as memórias subterrâneas (POLLAK, 1989) invadem o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória, muitas vezes reivindicações cooptadas ou dentro do esquema manipulado de anistia como explicitado acima.

### **Ditadura Militar, mudança política cultural**

Em Trombas me deparei com algumas histórias que falavam de um corpo político em Formoso alinhado à ditadura militar que se colocou como entrave no processo de emancipação da antiga vila. Uma emancipação tardia que coincidiria com o ano em que se concluiu o processo de abertura política, em 1988. Em anos anteriores, em 1963, Formoso sofreu o mesmo processo de emancipação em uma conjuntura política favorável, tendo José Porfírio, um dos líderes do movimento, como deputado estadual, eleito um ano antes; os títulos das terras já em mãos dos camponeses e legalizados pelo Estado, processo iniciado em 1961; e ainda sob o conforto de um governo aliado dirigido por Mauro Borges.

O momento era oportuno para se colocar em ação o que já se planificava há tempos, ou seja, a instauração de um governo de caráter camponês, como uma extensão da Associação dos Trabalhadores Rurais. Com a conquista do título das terras, era intuito do movimento dar continuidade ao que já se traçava dentro da Associação, de forma ampliada, autônoma e abrangente à toda região do entorno e sob a mesma lógica de produção e estilo de vida desenvolvida pelos camponeses. Sob esse contexto se elegeram líderes do movimento de luta à cargos políticos na região assim que ocorreu a emancipação de Formoso, exemplo de Dirce Machado eleita vereadora e Bartolomeu Gomes da Silva, prefeito a fim de se construir um governo legitimado pelos posseiros e camponeses da região.

A prosperidade e o desenvolvimento se instalaram na região durante o período de trégua e da consequente conquista do título das terras. Não esporadicamente, ouvi de camponeses que participaram da Luta sobre um tempo em que saíam da região, caminhões lotados de arroz e banana em direção a São Paulo, Ceres e Anápolis. Em contraposição a dias atuais em que não se acha fácil nem hortaliça ou farinha de mandioca. "Aqui tudo de verdura, legumes e de comida hoje vem de Goiânia" relatou Sr. José Gomes, morador da região desde 1954.

Assim, tudo parecia bem até o Golpe Militar de 1964, quando a instauração da ditadura militar significou a desestruturação de um possível plano de desenvolvimento traçado por camponeses e membros da Associação. As perseguições e prisões àqueles que de alguma forma se envolveram na Luta provocaram um intenso fluxo de fugas e abandonos de terras por parte dos mesmos. Bartolomeu Gomes da Silva, primeiro prefeito nomeado de Formoso, junto com José Porfírio, ainda em seu segundo ano de mandato como deputado e Mauro Borges,

---

<sup>††</sup> Criada em 18 de Novembro de 2011, mas instalada oficialmente em 16 de Maio de 2012, a Comissão da Verdade visa investigar casos violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil por agentes do estado. Fonte: <http://www.cnv.gov.br>

governador do estado de Goiás na época, foram cassados. Iniciou-se, assim, um processo de implantação do medo, do atraso, da desconstrução e da mudança cultural.

A ditadura militar teria interrompido um momento no qual “o povo cresceu”, como me disse Cosme certa vez, e abriu caminho para novos processos culturais que marcaram, sobretudo, a condução da memória do evento. É nesse período que muitos moradores e sobretudo, políticos, nem sempre oriundos da região, muitos tendo chegado depois do Golpe Militar ou início dos anos de 1960, se mostraram aliados do processo de ditadura militar.

Em um conversa com um dos camponeses ainda vivos e na época da resistência com forte participação política na Luta de Trombas e Formoso – que preferiu não se identificar - foi possível suspeitar de um justaposição de condutas de políticos da região à concepções empreendidas pelo regime militar. Para ele “Felipão, Anicésio, Nelim não queriam emancipar Trombas, porque eles queriam tirar a fama de Trombas, isolar e apagar essa história de luta da cidade”. O camponês se referia à Felipe Cardoso, primeiro prefeito eleito em Formoso entre os anos de 1967 e 1970; Anicésio Afonso de Miranda, prefeito entre 1971-1974, e Manoel dos Anjos Gomes, entre 1979 – 1982, gestões que coincidentemente cumpriram quase todo o processo de ditadura militar. É difícil medir as proporções de influência de um regime militar no país, mas seu caráter totalitário pode inferir em várias formas de reação frente ao sistema ditatorial, inclusive à de alinhamento por medo ou por comodismo, o que me levou a crer uma conjuntura política na região acomodada à ditadura militar.

Desse modo, o Golpe militar marcou um momento de transição, mas sobretudo, de estancamento em um período no qual ocorria um grande movimento político e social de caráter popular empreendido por um grupo de camponeses, que sinalizava grandes processos de desenvolvimento. É nessa fase que muitos camponeses abandonaram suas terras ou as venderam a qualquer preço com intuito de fugirem do clima de repressão que se instaurou na região. Nesse contexto, muitas dessas terras vieram a ser ocupadas ou compradas a preços irrisórios por grandes fazendeiros e proprietários de terra, trazendo com eles novos sistemas culturais, outros modos de compreensão e, sobretudo, um desligamento e desprendimento com a história que ali ocorreu.

Foram muitos os relatos que diziam conhecer fazendeiros que compraram posses e mais posses até se descaracterizar por completo a forma de produção das pequenas propriedades mantidas ali desde o tempo dos posseiros. “Depois da Revolução em diante, venderam tudo. Minha terra na região do córrego do Sapato fica rodeada por terras de um grande proprietário conhecido como Doce”, contou Sr. Chiquinho Ataíde, morador da região desde 1954. O tempo de fartura tanto lembrado pelo camponeses - que se deu antes da “Revolução” como chamam o período do Golpe Militar de 1964 – foi substituído por um novo sistema de produção. “Eles mudaram as culturas. Hoje por exemplo, a renda mensal de Trombas, o que sustenta mais eles é o gado, é o leite, essas coisas. Naquele tempo, era a produção da terra, tudo que dava, se plantava tinha” lembra Cosme.

No entanto, não foi somente uma lógica de cultivo que mudou, mas uma lógica cultural que se desfez em favor de outra, além de novas configurações sociais na região que implicaram ainda nas relações intergeracionais. “A terra saiu do pequeno e passou pro grande e onde tinha uma terra com 40 posseiros dentro dela, ficou um fazendeiro, sozinho. Então, claro que a produtividade diminuiu também, porque a função dele não é lavar a terra é comprar a terra e nela ficar, crescer, vender e comprar outra e comprar gado e tudo, mas aquele sistema do homem do campo foi o

melhor, foi o que mais deu aquele reflexo assim de produção.” (Relato de Cosme Ribeiro Santana)

## **Conclusão**

Ao pensarmos os diversos sistemas culturais e a pluralidade de modos de compreensão de mundo, só se torna possível o entendimento dos efeitos de um evento e as mudanças a ele ligadas a partir das significâncias, sentidos e esquemas simbólicos de cada universo cultural. “O evento é a interpretação do acontecimento e a interpretação varia” (SAHLINS, 1990, p.191). Nessa perspectiva, fica evidente o confronto simbólico que se instaura frente à noção do evento quando visto pelos olhos da tradição e pelos olhos do presente, ou seja, por quem viveu diretamente o passado e por quem o recebeu no presente. Sahlins (1990) insiste na “possibilidade do presente vir a transcender o passado e ao mesmo tempo lhe permanecer fiel depende da ordem cultural quanto da situação prática” (SAHLINS, 1990, p.189).

Enquanto elemento simbólico, a memória do evento de Trombas e Formoso está envolvida em vários contextos culturais, e a articulação desses contextos pode variar de um momento para outro, de uma pessoa para outra ou de um grupo de pessoas para outro. Em gerações subsequentes à dos participantes do movimento de Trombas e Formoso, suspeita-se de um entrave na comunicação e expressão por parte dessa nova geração e seu nível de representação dentro de um contexto atual.

É inegável o entrelaçamento da memória desses antigos camponeses e a própria história de construção das cidades de Trombas e Formoso. O ponto de convergência está no fato de ambos os municípios decorrerem dos avanços políticos e sociais empreendidos pelo movimento de resistência dos camponeses. Em 1963, “fizemos a emancipação de Formoso e foi nomeado o primeiro prefeito da cidade que foi Bartolomeu Gomes da Silva”, relatou Dirce Machado, uma das participantes do movimento.

Nesse caso, o contexto de memória de participantes do evento que compreende o entrelaçamento da história da luta camponesa e a formação da cidade de Trombas destoa do contexto de memória daqueles que a receberam, ou seja, os herdeiros dessa história. Nessa diferença intergeracional, muitos desconhecem essa ligação ou, muitas vezes, a ignoram, o que pode demonstrar outros níveis de significância simbólica. Nesse sentido, Wagner (2010) fala de um modo diferenciante, de um contraste contextual inserido, muitas vezes, em um outro modo de simbolização.

“O elemento que contrasta com o convencional, aquele que é "representado" ou "significado" pela simbolização convencional (e que por sua vez a simboliza, evidentemente), não deve ser simplesmente assimilado ao leque de coisas "autoevidentes" no mundo - pessoas, lugares, eventos etc. individuais -, embora certamente as inclua” (WAGNER, 2010: 85).

Uma nova simbolização ocorre quando um símbolo é usado de forma não convencional, como estabelecimento de uma outra ordem cultural. Assim, a memória do movimento Trombas e Formoso mediante a conjuntura política da ditadura militar e posteriormente, da transição política, assume novos e múltiplos sentidos para as gerações subsequentes, sobretudo, de filhos e filhas, de seus participantes. Desse modo, a produção desses novos sentidos podem vir a produzir esse ambiente simbólico da memória, que pendula entre a ideia de uma memória reprimida e de uma memória demandada. Nessas linhas, não ousou chegar à uma conclusão final, é preciso

aprofundar melhor nessas questões, mas trago algumas problematizações que venho elaborando desde meu retorno de trabalho de campo.

## BIBLIOGRAFIA

Cunha, Paulo Ribeiro da. 1997 “ Redescobrimdo a história: A República de Formoso e Trombas” em Cadernos AEL (São Paulo), n. 7.

Esteves, Carlos Leandro da Silva. 2007 “Nas trincheiras: luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas (1948-1964) uma resistência ampliada”. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói.

Fentress, James & Wickham, Chris. 1992 Memória Social. Novas perspectivas sobre o passado. (Lisboa: Teorema).

Fernandes, Maria Esperança Carneiro. 1988 A Revolta camponesa de Formoso e Trombas. (Goiânia: UFG).

Halbwachs, Maurice. 2006 A memória coletiva. (São Paulo: Editora Centauro).

Lemos, Renato. 2002 “Anistia e crise política no Brasil pós-1964” em Topoi (Rio de Janeiro), pp. 287-313.

Maia, Cláudio. 2008 “Os Donos da Terra: A disputa pela propriedade e pelo destino da fronteira – A Luta dos Posseiros em Trombas e Formoso 1950/1960”. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

Pollak, Michael. 1989 “Memória, Esquecimento, Silêncio” em Estudos Históricos, (Rio de Janeiro), Vol. 2, Nº. 3, p. 3-15.

Portelli, Alessandro. 2002 “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum” em Amado, Janaína; Ferreira, Marieta de Moraes (Coord.). Usos & abusos da História Oral. 5o ed. (Rio de Janeiro: Editora FGV).

Ricoeur, Paul. 2007 A Memória, a história, o esquecimento (Campinas, SP: Editora da Unicamp).

Sahlins, Marshall. 1990 (1985) Ilhas de História. (Rio de Janeiro, Jorge Zahar).

Trombas e Formoso: Memórias de uma Luta. Direção: Magnífica Mundi. Goiânia, 2010.1 DVD (18'53'') NTSC, color. Disponível em: <http://vimeo.com/21406095>. Acesso em: 22 nov. 2012.

Wagner, Roy. 2010 A Invenção da cultura. (São Paulo: Cosac Naify).

Sem autor, 1964, “A subversão e a conivência oficial” em O Estado de São Paulo (São Paulo).